



55que dispõe sobre a certificação dessas entidades, - Reordenamento do cadastro de entidades  
56na SETP, - Aplicação do Plano Estadual de Capacitação, - Finalização da Cartilha do  
57Financiamento da Política de Assistência Social, - Nota técnica sobre os benefícios eventuais.  
58Entre os itens citados a Conselheira comentou que os Conselheiros tem uma responsabilidade  
59muito grande para a aplicação dos projetos e acompanhamento das ações em seus  
60municípios. A **Conselheira Denise** fez uma breve apresentação acerca da Lei Estadual nº  
6111.362/96 que cria o Conselho Estadual de Assistência Social, como órgão colegiado de  
62caráter permanente e deliberativo com atribuições para avaliar e acompanhar a implementação  
63da Política Estadual de Assistência Social e estimular a operacionalização dos Conselhos  
64Municipais, para que as medidas sejam executadas de forma descentralizada. Dando  
65sequência à pauta, a Conselheira passa a palavra à Coordenadora da política de assistência  
66social do Estado do Paraná, Senhora Nicéia Brandão Lemes, que solicitou um ponto de pauta  
67na reunião para explanação e justificativas acerca da reformulação do departamento de  
68assistência social na SETP. Segundo ela, a técnica Jucimeri foi desligada da Secretaria e  
69posteriormente convidada a retornar, mas em virtude da impossibilidade de horários e pelos  
70compromissos assumidos na PUC/PR, a mesma não pode retornar. A técnica Ana Paula  
71Gonçalves havia pedido demissão e posteriormente foi convidada a assumir a Coordenadoria  
72de Desenvolvimento Integrado - CDI, a qual foi aceita. A técnica Ironi, foi convidada a compor a  
73equipe do Núcleo e Coordenação da Política de Assistência Social – NUCLEAS, mas essa, não  
74aceitou. Então, Carmen Zadra assumiu a Coordenadoria de Apoio à Gestão Municipal – CGM.  
75A técnica Sra. Daraci Rosa, que estava como coordenadora da CDI foi solicitada pelo Recursos  
76Humanos da Fundação de Ação Social de Curitiba – FAS para retorno ao seu antigo cargo.  
77Segundo Nicéia, não houve desmonte da equipe mas sim um replanejamento do grupo do  
78trabalho. Dando sequência à pauta, - **Apresentação da Estrutura e Organização do**  
79**CEAS/PR.** A **Conselheira Denise** apresentou as 5 Comissões do Conselhos e que após a  
80apresentação de cada uma, os conselheiros da nova gestão terão a oportunidade de escolher  
81qual Comissão desejará compor. A Conselheira então iniciou a apresentação das Comissões  
82através de Conselheiros que fizeram parte na gestão 2008-2010 e foram reconduzidos por  
83mais uma gestão. **1- Comissão de Articulação e Mobilização.** O **Conselheiro Ronan** definiu  
84como objetivos da Comissão: Construir estratégias políticas de mobilização social, visando a  
85articulação das instâncias do Sistema Único de Assistência Social e demais órgãos e  
86instituições de defesa dos direitos, do regime democrático e das políticas públicas, publicitando  
87informações, encaminhamentos e ações políticas relativas à assistência social. **2- Comissão de**  
88**Documentação e Cadastro.** A **Conselheira Cristiane Meyer** definiu os objetivos principais da  
89Comissão. Segundo a Conselheira, os objetivos principais são: realizar estudos e encaminhar  
90proposições sobre recursos de processos de habilitação aos níveis de gestão do Sistema  
91Único de Assistência Social - SUAS, inscrições de entidades junto aos Conselhos Municipais  
92de Assistência Social, bem como subsidiar os debates e encaminhamentos no âmbito do CEAS  
93e no apoio aos Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS, quanto ao vínculo SUAS e  
94a relação público-privado. Segundo ela, a inscrição de entidades deve ser trabalhado com  
95muita cautela nessa nova gestão. **3- Comissão de Gerenciamento e Financiamento do Fundo.**  
96O **Conselheiro José Cícero** procedeu com a leitura dos objetivos da Comissão sendo:  
97analisar, acompanhar e propor ações de fiscalização dos recursos do Fundo Estadual de  
98Assistência Social - FEAS, realizando estudos e propondo critérios sobre a destinação destes  
99recursos, além de subsidiar os CMAS e demais instâncias do SUAS visando o fortalecimento  
100do controle social dos recursos públicos. **4 – Comissão de Políticas Sociais.** A **Conselheira**  
101**Vera** apresentou os objetivos da Comissão: acompanhar e realizar estudos e proposições  
102sobre a gestão da Política de Assistência Social, nos aspectos normativo-jurídicos, teóricos e  
103políticos, bem como sua intersectorialidade com as demais políticas sociais e de defesa de  
104direitos, na perspectiva do fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. A  
105Conselheira destacou a importância da Comissão manter um contato estreito com o Fórum  
106Regional de Assistência Social - FOREAS para que as informações das políticas sociais sejam  
107divulgadas em todos os municípios. **5 – Comissão de Frente Parlamentar.** Para explicar a  
108última Comissão a **Conselheira Inês Roseli** iniciou sua explanação. Segundo ela, no dia 12 de

109 maio de 2009 foi lançada oficialmente a frente parlamentar de defesa da assistência social no  
110 estado do Paraná. Diante disso, houve a necessidade de criar uma Comissão dentro do  
111 CEAS/PR com o objetivo de acompanhar os deputados atuantes nessa Frente bem como  
112 fomentar as necessidades da política de assistência social, além de acompanhar a implantação  
113 do SUAS no Estado do Paraná e a continuidade desse processo. A Conselheira reforçou que a  
114 Comissão depende da agenda dos deputados, por isso a participação dos Conselheiros fica  
115 um tanto quanto restrita, sendo que as reuniões acontecem em Curitiba e por isso, a  
116 necessidade que de que os conselheiros que optarem em acompanhar essa Comissão, deve  
117 ter fácil acesso ao município em questão. Essa situação, foi reforçada pelo conselheiro José  
118 Cícero, que sugeriu que os membros que venham a participar dessa Comissão tenham  
119 disponibilidade de agenda e deslocamento, de preferência Conselheiros de Curitiba ou  
120 próximos da região, uma vez que as reuniões acontecem na capital. A Deputada Luciana  
121 Rafagnin é uma das deputadas que acompanha a Frente Parlamentar. Na sequência, a  
122 **Conselheira Denise** abre espaço para os Conselheiros se inscreverem nas Comissões em  
123 que gostariam de participar. Por sugestão dos Conselheiros e dada a ausência de alguns  
124 titulares foi sugerido essa composição para o período da tarde. – Apresentação do Trabalho de  
125 Conclusão do Curso de Serviço Social– PUC/PR de Débora Gonçalves da Rosa. Dando  
126 continuidade ao próximo item da pauta a Assistente Social Débora, que foi estagiária por 2  
127 anos na SETP/CDI e acompanhou o CEAS/PR atuando também no auxílio à realização da  
128 Conferência Estadual de Assistência Social, realizou uma apresentação do seu TCC para a  
129 Plenária. O objetivo geral do trabalho foi avaliar o processo de participação e controle social no  
130 âmbito do SUAS considerando o significado histórico e político desse processo. A **Conselheira**  
131 **Denise**, colocou que o resultado do trabalho realizado pela assistente social Débora acende  
132 uma luz vermelha para as instâncias de controle da política pública. A responsabilidade da  
133 publicização é dos Conselheiros, através de uma participação efetiva com o apoio de outras  
134 instituições para fortalecer o vínculo da sociedade civil na aplicação da política pública. –  
135 Informes da Secretaria Executiva. A Secretária Executiva Regina Costa, iniciou explicando  
136 aos novos Conselheiros que esse é o momento onde a Secretaria Executiva dos Conselhos  
137 informou acerca de todos os documentos recebidos em nome do Conselho. Sendo assim,  
138 procedeu a leitura dos informes: - Recebido o of. circular nº 01/2010 assinado pela Presidente  
139 do CEAS de Santa Catarina, Maria Cecília Antonia Godtsfriedt. Através dele encaminha 2  
140 exemplares “ Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em debate – Benefícios  
141 eventuais da Assistência Social – MDS, objetivando socializar neste colegiado, já que  
142 Florianópolis sediou a 14ª Reunião anual do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de  
143 Assistência Social – FONACEAS. A presidente catarinense lamentou a ausência da  
144 representação do Paraná no evento; - Ofício nº 202 do Gabinete da Sra. Ministra de Estado do  
145 Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Márcia de Carvalho Lopes, dirigido à Presidência  
146 do CEAS/PR, contendo agradecimentos pela mensagem de parabéns pela assunção ao cargo  
147 de Ministra. Reitera sua parceria e envia votos de estima a todos os integrantes deste  
148 Conselho. (Informar que já foi Presidente do CEAS); - Recebido email da parta da Dra.  
149 Professora Maria Izabel S. Pires, Diretora do Curso de Serviço Social da PUC/PR, convidando  
150 para o ato de assinatura do Termo de Cooperação Técnica e Científica, entre a PUC e o  
151 Ministério Público. Com essa formalização, serão implementadas ações cooperadas com a  
152 finalidade de viabilizar o fortalecimento dos direitos, no processo de implementação das  
153 políticas públicas e de instâncias de gestão democrática (Presença da Ministra Márcia Helena  
154 Lopes, Procurador Geral e Reitor); - Recebido o Diário Oficial da União com a eleição dos  
155 representantes da Sociedade Civil no CNAS; - Justificativa de ausência da Conselheira  
156 Christina Zehr, do Município de Guarapuava. Essa, Diretora de um Grupo de Teatro pertence  
157 também à Fundação Cultural Suábica-Brasileira e está ausente nessa Assembléia, uma vez que  
158 encontra-se em turnê artística durante o período de 11 de maio a 16 de junho, na Alemanha e  
159 Áustria; - Carta-circular assinada pelo MDS, Patrus Ananias, encaminhando uma coleção de  
160 cadernos de orientação do Projovem Adolescente Serviço Socioeducativo; - Ofício nº 17 – MDS  
161 dirigido à Presidência deste Conselho, cujo assunto era Moção da Conferência Regional de  
162 Assistência Social do Paraná, sobre critérios e normas para reprogramação de saldos

163financeiros; - Ofício nº 925/2010 procedente do Diretor de Projetos da COHAPAR, trazendo  
164informações sobre a construção de unidade habitacionais do Programa Casa da Família Rural;  
165- Memo nº 356/2010 - do Escritório Regional de Cornélio Procópio, encaminhando em anexo o  
166ofício nº 030 da entidade CAPS II – Centro de Atenção Psicossocial informando não dispor, no  
167momento, de profissional para ocupar a vaga de representante regional do CEAS. - Justificativa  
168da Conselheira Klélia Helena Girardello Kern, representante da SEJU. Essa encontrou-se  
169ausente, tendo em vista problemas de saúde ocorridos com familiar no Estado do Tocantins.  
170Colocou-se à disposição para tomar conhecimento de futuras medidas. O **Conselheiro Ronan**  
171foi eleito coordenador da plenária do CEAS, tendo em vista que a eleição da presidência e  
172vice-presidência só se realizará na segunda reunião da gestão, então nesse momento o  
173referido Conselheiros abriu o momento para inserções de itens da na pauta da plenária da  
174tarde. A **técnica Helena**, sugeriu 2 itens de pauta: o Ofício nº 622/2010 do município de Pinhas  
175solicitando uma consulta ao CEAS e o Ofício nº 06/2010 referente à alguns questionamentos  
176do FOREAS de Campo Mourão. A **Conselheira Edenilce**, sugere como inclusão a reunião  
177realizada com o Ministério Público. A **Conselheira suplente Carla**, sugere como um ponto de  
178pauta uma consulta ao CEAS sobre a possibilidade de prorrogação de data para  
179preenchimento dos instrumentos de gestão. A pauta é coloca em apreciação e aprovada.  
180Retorno dos municípios que não realizaram eleições para os Conselhos Municipais de  
181Assistência Social. A **técnica Helena**, informou que durante o monitoramento realizado pelos  
182Escritórios Regionais foi constatado que alguns municípios não realizaram eleições dos  
183membros da sociedade civil os Conselhos Municipais de Assistência Social. Diante disso, os  
184Escritórios Regionais consultaram o CEAS para obter uma definição de como pode ser tratada  
185essa questão. O Conselho deliberou na reunião de 26 de março um prazo de 30 dias para que  
186esse municípios realizassem uma Assembleia para a eleição desses membros. – Prestação de  
187contas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS. A **Conselheira suplente Carla**,  
188explicou que essa prestação de contas é do recurso repassado pelo MDS (Anexo I) referente  
189ao ano de 2009. O valor total recebido R\$ 641.016,17 (referente ao ano de 2008 se presta em  
1902009). Todo o recurso foi utilizado no planejamento feito pelo CEAS no início de cada ano. A  
191Conselheira apresentou o documento e fez a leitura da execução desse recurso Após  
192apresentação e alguns esclarecimentos a prestação de contas foi colocada em aprovação e  
193aprovada por maioria, com a necessidade de maiores esclarecimentos na pauta da próxima  
194reunião sobre o monitoramento. Acerca das dúvidas levantadas sobre o monitoramento, a  
195**Conselheira Ironi** sugeriu que se incluía um item de pauta na próxima reunião para tratar  
196somente sobre o processo de monitoramento e seus níveis de aplicação. A sugestão foi  
197aprovada e pautada para a próxima reunião. Dando sequência, a Secretária Executiva Regina  
198Costa pede a palavra e informa que o atraso de reuniões deve-se ao Projeto de Lei das  
199despesas dos Conselhos. Esse projeto foi elaborado tendo em vista não ter uma lei que  
200corroborava com o apoio financeiro por parte da Secretaria de Estado do Trabalho para as  
201reuniões dos Conselhos, com despesas de viagens e hospedagens. O Projeto de Lei foi  
202aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e no momento encontra-se com o  
203Governador do Estado para assinar e aprovar a lei. O **Conselheiro Ronan**, inicia o item –  
204Relatório das Comissões. **Comissão de Gerenciamento e Financiamento do Fundo**. A  
205**Conselheira Kelli**, procedeu com a leitura do relatório. Em relação ao ofício de retorno da  
206Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL, a Conselheira informou que a Secretaria de  
207Planejamento possui um sistema denominado “orçamento temático” que pode mapear  
208secretarias que possuem algum serviço de assistência social para futuramente negociar que  
209esse recurso se aloque na SETP. A sugestão da SEPL é que caso o CEAS pretenda  
210desenvolver o orçamento temático sobre assistência social, a proposta deve ser formalizada à  
211SEPL pela SETP. Assim, a Comissão propõe uma reunião interna entre a SETP/SEPL/GPS  
212para verificar a possibilidade de iniciar esse levantamento, bem como definir os trâmites para  
213possível adesão ao orçamento temático. Em relação ao organograma do CEAS, o **Conselheiro**  
214**Daniel** apresentou a proposta de organograma do Conselho. Foi sugerido pela Comissão que  
215sejam acrescentados dados gerais por município e por região, (no caso dos conselheiros da  
216sociedade civil) contemplando informações com indicadores sociais, serviços, programas e

217projetos, recursos destinados, etc. A proposta será apresentada ao Núcleo de Informática da  
218SETP para que esse sistema seja alimentado, pela SETP, periodicamente. O relatório foi  
219APROVADO pela Plenária. **Comissão de Articulação, Mobilização e Fiscalização.** O  
220**Conselheiro Robson** foi o relator da Comissão e iniciou explicando que o primeiro item  
221discutido foi um documento encaminhado à Comissão no que tange a Cópia da lei nº 1168/10  
222da Prefeitura Municipal de Colombo, que dispõe sobre o cargo de teólogo nos equipamentos  
223públicos de assistência social. Diante disso, houve um entendimento de que não cabe à  
224Comissão questionar a constitucionalidade ou legalidade do cargo de Teólogo, mesmo dentro  
225da lógica do Estado Laico. Há, no entanto uma preocupação em relação às atribuições do  
226Teólogo nos espaços de oferta de serviços públicos específicos da Assistência Social.  
227Entende-se, que as atribuições de orientação espiritual não pode confundir-se ou substituir os  
228serviços de atendimento social. Este posicionamento não é do conselheiro Paulo,  
229representante da SETI, que não vê nenhuma justificativa de o documento, a Lei, estar sendo  
230avaliada pela Comissão, que tomou ciência da Lei. Dando seguimento, o Conselheiro informou  
231que, em relação ao caso do Município de Sarandi, que alegou estar desestruturado  
232administrativamente, há um entendimento e orientação para que o Escritório Regional ao qual  
233o Município de Sarandi está vinculado, promova uma reunião ampliada entre o Escritório  
234Regional; o Conselho Municipal de Assistência Social; Ministério Público e o Órgão Gestor  
235Municipal, e oriente-se para que haja um esforço concentrado para que os instrumentos de  
236controle sejam preenchidos no tempo/prazo estabelecidos. Segundo a Comissão, o  
237posicionamento e determinação do Ministério Público, é uma orientação para a superação dos  
238limites estruturais administrativos que o cenário político está determinando. O relatório foi  
239considerado APROVADO. Dando seguimento à Plenária, a **Conselheira Edenilce** passa a  
240conduzir a Assembléia Ordinária. **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial.** A  
241**Conselheira Terezinha**, iniciou o relato informando que a Comissão tinha poucos membros  
242presentes, dada a falta de alguns e a participação de outros na Comissão da Frente  
243Parlamentar. Em relação à Lei Federal 12.101/2009 e Resolução 016/2010 CNAS: a Comissão  
244deliberou pela elaboração de nota técnica aos Conselhos Municipais de Assistência Social para  
245orientação sobre inscrições de entidades e organizações de assistência social, bem como  
246inscrição dos serviços socioassistenciais (fluxos e procedimentos a serem adotados). No  
247segundo item da pauta da Comissão discutiu sobre o Cadastro de entidades na SETP/PR. A  
248**Conselheira Teca** informou que, conforme deliberado pelo CEAS/PR em maio de 2009, que o  
249cadastro de entidade adotaria novos fluxos a partir da regulamentação a nível nacional, definiu-  
250se que o cadastro de entidades permanecerá cadastrando as entidades de assistência social e  
251aquelas que prestam serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social. Para  
252isso, será solicitado ao núcleo de informática da SETP a reorganização do sistema de cadastro  
253com 3 bancos de dados para cadastro da assistência social, saúde e educação (caso as  
254entidades que atuam nessas duas últimas políticas possuam serviços de assistência social  
255inscritos no CMAS). A **técnica Helena** informa porém que a Comissão deverá retomar a  
256discussão após publicação do Decreto que regulamenta a referida Lei Federal. Portanto, no  
257momento, esses encaminhamentos não serão tomados. Em relação à Denúncia do Ministério  
258Público da Casa de Repouso Recanto Feliz que chegou para análise da Comissão, foi decidido  
259que o Conselho deverá Reforçar junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de  
260Curitiba a vistoria e fiscalização dessa entidade (espaço físico, recursos humanos, recursos  
261públicos repassados à entidade) de acordo com as legislações vigentes (Lei 12.101/2009 e  
262tipificação nacional dos serviços socioassistenciais) já que a inscrição do CMAS vencerá no dia  
26317/06/2010. Em seguida, providenciar retorno formal ao Ministério Público sobre as  
264informações presentes no parecer técnico feito através de visita do Escritório Regional de  
265Curitiba para o cadastro de entidades, em que constam informações à respeito da equipe  
266técnica de trabalho dessa entidade, incluindo o cronograma de atividades repassados pela  
267própria. O Relatório foi colocado em apreciação e APROVADO. A retomada da reunião com o  
268Ministério Público ficou como inclusão para a próxima reunião, tendo em vista que muitos  
269Conselheiros não estão presentes. **Comissão de Políticas Públicas.** A **Conselheira Vanuza**  
270procedeu com a leitura do relatório da Comissão informando sobre a pauta da reunião da

271 Comissão Estadual Interestadual PBF e CEPETI. Depois de algumas sugestões de alteração  
272 no corpo do texto e elaboração da pauta, o relatório foi considerado APROVADO. Dando  
273 sequência à **Comissão da frente Parlamentar**. A **Conselheira Cássia** informou que a  
274 **Deputada Rosane Ferreira** esteve reunida com a Comissão e colocou os membros à par de  
275 todas as situações referentes à Frente Parlamentar de Assistência Social. A Comissão pediu  
276 apoio na regulamentação do SUAS e ficou acordado com a Deputada que será feito um  
277 contato com os membros da Frente Parlamentar para agendar uma reunião com a Comissão e  
278 entregar a carta aberta de apoio a PL SUAS. A sugestão da Comissão é que cada Conselheiro  
279 em sua regional articulem com os deputados de suas regiões, juntamente com o FOREAS,  
280 para fomentar o apoio à Frente Parlamentar e seus assuntos respectivos. Terminado o relatório  
281 das Comissões, deu-se sequência ao próximo item de pauta. A **técnica Carla**, informou que  
282 para o preenchimento dos instrumentos de Gestão e do Plano Municipal de Assistência Social,  
283 os municípios terão o prazo de até 08 de junho para realizarem o preenchimento desses  
284 instrumentos, colocando como sugestão prolongar o prazo por 15 dias, tomando como partida  
285 também o caso do Município de Sarandi que ainda não terminou o preenchimento. Alguns  
286 Conselheiros colocaram-se contra o fato de prolongar esse prazo. A proposta foi colocada em  
287 aprovação e a extensão do prazo não foi aprovado, ou seja, o prazo não será prorrogado e o  
288 não preenchimento por não cumprimento do prazo deverá sofrer punição. A **técnica Helena**,  
289 comunicou o recebimento de um ofício do Município de Pinhais questionando se a distribuição  
290 dos leites especiais é feito pela área da saúde ou da assistência social, uma vez que é a  
291 assistência social que distribui no referido município. A sugestão é que seja elaborada uma  
292 nota técnica para orientar os órgãos gestores municipais da política de assistência social sobre  
293 a distribuição desses leites e alimentos especiais, sendo que essa competência é da área da  
294 saúde de acordo com as legislações dessa política. A mesma técnica ainda colocou que o  
295 Ofício do FOREAS de Campo Mourão será pautado na próxima reunião do CEAS/PR.  
296 **Encerramento**. A **Conselheira Edenilce**, encerrou a Assembléia Ordinária desejando a todos  
297 uma boa noite e uma boa viagem a todos os Conselheiros. A presente ata foi digitada por  
298 Willian Binhara, e lavrada por mim, Regina Amasiles Rodrigues Costa, (Secretária Executiva  
299 dos Conselhos). Depois de lida aprovada, será anexada a cópia da lista assinada pelos  
300 Conselheiros presentes nessa reunião.

301